

**HABEAS CORPUS Nº 548.713 - SP (2019/0357273-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS -**  
**SP300462**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO**  
**PAULO**  
**PACIENTE : JOAO PAULO RODRIGUES BARBOZA (PRESO)**  
**OUTRO NOME : JOÃO PAULO RODRIGUES BARBOSA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**JOÃO PAULO RODRIGUES BARBOSA** acoima de ilegal acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 2232767-15.2019.8.26.0000, em que **foi mantida a decisão que considerou a data da decisão que concedera a progressão ao regime semiaberto como termo inicial para a aferição do tempo necessário à progressão ao regime aberto.**

A defesa alega que a data base para a progressão ao regime aberto deve ser a data em que o sentenciado preencheu o lapso temporal para a progressão ao regime semiaberto, independentemente da data da decisão judicial que deferiu o benefício, tendo em vista seu caráter declaratório, razão pela qual **requer a alteração da data-base para nova progressão.**

**Decido.**

Consoante asseverado pela Corte de origem, "para a concessão de novos benefícios, a elaboração do cálculo, decorre da data da efetiva entrada do agravante no novo regime e não na data da obtenção temporal dos requisitos" (fl. 21).

A respeito do tema, urge consignar que este Superior Tribunal é firme em assinalar que **a data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos objetivo e subjetivo do art. 112 da Lei de Execução Penal.**

Prevalece o entendimento já adotado pelo Supremo

Tribunal, de que a **decisão que defere a progressão de regime é declaratória**, e não constitutiva. Não se pode desconsiderar, em prejuízo do sentenciado, o período em que permaneceu cumprindo pena enquanto o Judiciário analisava seu requerimento de progressão.

Ilustrativamente:

[...] A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, acompanhando o posicionamento adotado pela Suprema Corte no HC n. 115.254, Relator o Ministro Gilmar Mendes, modificou seu entendimento no sentido de que, nos casos em que houver excesso de prazo na apreciação do pedido de progressão de regime prisional, a data inicial para a progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime (AgRg no REsp 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2016) [...] (HC n. 449.221/RJ, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, 5ª T., DJe 29/6/2018).

[...]

3. Flagrante ilegalidade. A data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das execuções deferiu o benefício.

4. Agravo regimental improvido. Ordem concedida de ofício a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para considerar a data-base para progressão de regime a data de implementação dos requisitos [...] (AgRg no REsp n. 1721008/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª T., DJe 6/6/2018).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem** para fixar a data em que o apenado cumpriu os **requisitos objetivo e subjetivo** para a promoção ao regime semiaberto como termo *a quo* a ser observado em futuro pedido de progressão de regime.

Publique-se e intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**